

ENCARTE I

1 - CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

1.1 – Enfoque Federal

1.2 – Enfoque Estadual

1 – CONTEXTUALIZAÇÃO DA UNIDADE DE CONSERVAÇÃO

1.1 – ENFOQUE FEDERAL

1.1.1 – A UC E O CENÁRIO FEDERAL

Desde a antiguidade, a alta produtividade biológica da zona costeira atrai os assentamentos humanos, trazendo com eles suas conseqüências.

O povoamento da região litorânea brasileira pelos europeus remonta ao século XVI, a partir dos núcleos assentados em sítios adequados ao fundeio das embarcações. A partir de 1500, uma boa parte desses sítios consolidou-se como núcleos de exportação de matérias-primas para metrópoles européias, como centros de importância regional ou como núcleos dispersores de povoadamentos. Desde então, teve início a exploração dos recursos naturais, intensificando-se com a retirada do pau-brasil, seguida pela extração do ouro e outras riquezas. Por razões estratégicas e para facilitar a posse da terra, a cobertura vegetal foi devastada sem um maior aproveitamento. A reação indígena à posse do seu território e as dificuldades de ocupação do interior, com os meios de que se dispunha nos primeiros séculos da colonização, limitou a exploração econômica e a ação política à faixa litorânea até o final do século XIX (CARVALHO & RIZZO, 1994).

Tanto pelo estabelecimento dessa economia colonial de exportação de recursos naturais, como pelo modelo econômico implantado no Brasil nas últimas décadas, o meio ambiente exhibe hoje as marcas da exploração excessiva da natureza na faixa periférica atlântica.

Um clássico exemplo de degradação antrópica é o da Mata Atlântica e seus ecossistemas associados. Segundo o documento Avaliação e Ações Prioritárias para a Conservação da Biodiversidade da Mata Atlântica e Campos Sulinos (MMA, 2000), atualmente o ecossistema só conta com cerca de 8% da cobertura existente à época do descobrimento do Brasil, de forma bastante fragmentada, e tem muitas de suas espécies endêmicas ameaçadas de extinção.

O Monumento Natural dos Costões Rochosos inclui em seus limites diferentes ecossistemas costeiros, tais como restinga, costões rochosos, mata de encosta e ilhas costeiras, de grande beleza cênica, todos localizados na área urbana do município de Rio das Ostras. Essa unidade foi criada para resguardar os atributos ambientais existentes nas restingas da região, visto que esta fisionomia vegetal possui pequena representatividade entre as unidades já criadas integrantes do Sistema Nacional de Unidades de Conservação (SNUC).

1.1.2 – A UC E O SNUC

A Lei 9.985 de junho de 2000 regulamenta o art. 225 da Constituição Federal e institui o Sistema Nacional de Unidades de Conservação da Natureza (SNUC), estabelecendo critérios e normas para a criação, implantação e gestão das unidades de conservação.

O SNUC é constituído pelo conjunto das unidades de conservação federais, estaduais e municipais, tendo os seguintes objetivos: contribuir para a manutenção da diversidade biológica e dos recursos genéticos no território nacional e nas águas jurisdicionais; proteger as espécies ameaçadas de extinção no âmbito regional e nacional; contribuir para a preservação e a restauração da diversidade de ecossistemas naturais; promover o desenvolvimento sustentável a partir dos recursos naturais; promover a utilização dos princípios e práticas de conservação da natureza no processo de desenvolvimento; proteger paisagens naturais e pouco alteradas de notável beleza cênica; proteger as características relevantes de natureza geológica, geomorfológica, espeleológica, arqueológica, paleontológica e cultural; proteger e recuperar recursos hídricos; recuperar ou restaurar ecossistemas degradados; proporcionar meios e incentivos para atividades de pesquisa científica, estudos e monitoramento ambiental; valorizar econômica e socialmente a diversidade biológica; favorecer condições e promover a educação e interpretação ambiental, a recreação em contato com a natureza e o turismo ecológico; e proteger os recursos naturais necessários à subsistência de populações tradicionais, respeitando e valorizando seu conhecimento e sua cultura e promovendo-as social e economicamente.

O SNUC é gerido por um órgão consultivo e deliberativo - o Conselho Nacional do Meio Ambiente (CONAMA); por um órgão central - o Ministério do Meio Ambiente; e por órgãos executores - o Instituto Brasileiro do Meio Ambiente e dos Recursos Naturais Renováveis (IBAMA) e os órgãos estaduais e municipais com a função de implantar o SNUC, subsidiar as propostas de criação e administrar as unidades de conservação federais, estaduais e municipais nas respectivas esferas de atuação.

As unidades de conservação integrantes do SNUC dividem-se em dois grupos, com características específicas: Unidade de Proteção Integral e Unidade de Uso Sustentável. O objetivo básico das Unidades de Proteção Integral é preservar a natureza, sendo admitido apenas o uso indireto dos seus recursos naturais. Este grupo é composto por cinco categorias, dentre elas o Monumento Natural, cujo objetivo básico consiste em preservar sítios naturais raros, singulares ou de grande beleza cênica.

De acordo com dados recentes (pesquisa ambiente Brasil, 2004), o País possui aproximadamente 855 Unidades de Conservação. A Região Sudeste é a que possui maior número de áreas protegidas.

De acordo com dados de junho de 2004 da Diretoria de Ecossistemas do IBAMA (<http://www.ibama.br>) existem no Brasil 256 Unidades de Conservação Federais, sendo 111 de Proteção Integral e 145 de Uso Sustentável. Os biomas da Amazônia e Mata Atlântica são os que contam com o maior número de unidades de conservação criadas para sua proteção.

Na categoria Ecossistema Costeiro, principal bioma do Monumento Natural dos Costões Rochosos, enquadram-se as restingas, manguezais, lagoas, brejos ou campos inundáveis, dunas e áreas estuarinas de rios. O Quadro 1 cita as UCs Federais presentes em Ecossistemas Costeiros, com suas respectivas áreas em hectares (ha) e Estados aos quais pertencem. Vale ressaltar que nem todas as UCs Federais foram contempladas neste Quadro, como por exemplo o Parque Nacional da Restinga e Jurubatiba.

Quadro 1. Unidades de Conservação Federais em Ecossistemas Costeiros

Categoria	Nome	Área/ha	Estados	Bioma
PN	de Jericoacara	8.416,00	CE	COS
PN	do Superagui	33.928,00	PR	COS,MA
RB	Santa Isabel	4.126,00	SE	COS
EE	Guaraqueçaba	4.835,00	PR	COS
EE	Carijós	760,00	SC	COS
APA	Guapimirim	13.961,00	RJ	COS,MA
APA	Guaraqueçaba	283.014,00	PR,SP	COS,MA
APA	Barra do Rio Mamanguape	14.981,00	PB	COS,MA
APA	Delta do Rio Parnaíba	308.957,00	PI,CE,MA	COS
APA	de Jericoacara	91,00	CE	COS
ARIE	Manguezais da Foz do Rio Mamanguape	5.794,00	PB	COS
ARIE	Ilha Ameixal	359,00	SP	COS
RESEX	Baía de Iguape	8.155,00	BA	COS
RESEX	Marinha do Corumbau	89.895,00	BA	COS
RESEX	Marinha do Delta do Parnaíba	27.141,00	MA	COS
RESEX	Marinha da Lagoa do Jequiá	10.245,00	AL	COS
RESEX	do Batoque	7.121,00	CE	COS

Fonte: site <http://www.ibama.gov.br>, 2004. MA = Mata Atlântica; COS = Ecossistema Costeiro

O Monumento Natural dos Costões Rochosos possui 34,064 ha. Dentro da categoria Monumento Natural esta é a única Unidade de Conservação existente no país, segundo cadastro do IBAMA.

No Sudeste do País existem relativamente poucas Unidades de Conservação litorâneas, o que confere ao Monumento Natural dos Costões Rochosos especial importância quanto à conservação de biomas típicos da região costeira. Além disso, ainda há a possibilidade de criação de corredores ecológicos com outras UCs, como a Área de Proteção Ambiental – APA da Lagoa de Iriry e a ARIE de Itapebussus, que também são unidades de ecossistema costeiro.

1.2 – ENFOQUE ESTADUAL

O elevado índice de urbanização, na maioria das cidades fluminenses, é um dos principais problemas do Estado do Rio de Janeiro, no que diz respeito à conservação dos recursos naturais. A infraestrutura existente nas cidades é deficitária, principalmente no que se refere ao saneamento básico, trazendo problemas graves de comprometimento dos recursos hídricos que drenam as áreas urbanas e industriais da região.

A partir da década de 70, as atividades ligadas ao turismo e ao lazer passaram a ser muito importantes para a Região das Baixadas Litorâneas, trazendo como consequência o parcelamento do solo, levando à especulação imobiliária e à degradação ambiental. De forma sintética, pode-se afirmar que as atividades de maior risco na zona litorânea correspondem à expansão urbana sobre áreas frágeis (margens de lagoas, restingas, manguezais, encostas), turismo intensivo, degradação das paisagens e desorganização da economia local, extração mineral para uso na construção civil, indústrias em geral, geração de energia nuclear, extração de petróleo e atividades portuárias.

As áreas de maior risco à degradação ambiental, considerando a ocupação inadequada, o lançamento de esgotos nas praias e a especulação imobiliária são a Região dos Lagos, as baías de Guanabara, Sepetiba e Ilha Grande, bem como o Litoral Norte. As ações de controle e fiscalização das agressões ambientais são prejudicadas pelo contínuo desmantelamento dos órgãos responsáveis pelo meio ambiente no Estado durante a última década.

O Município de Rio das Ostras encontra-se localizado em uma área litorânea distante da Serra do Mar, na Região dos Lagos. Tal região sofre os danos da urbanização e conseqüente risco de degradação ambiental. Portanto, qualquer iniciativa de proteção de fragmentos dos ecossistemas ainda existentes deve ser considerada de grande relevância para o cenário estadual.

O Estado do Rio de Janeiro possui 94 Unidades de Conservação, sendo que 29 são de Proteção Integral, 28 de Uso Sustentável e 37 são Reservas Particulares do Patrimônio Natural (<http://www.feema.rj.gov.br>). Dentre essas unidades, 29 incluem ecossistemas costeiros, como restingas e manguezais (Quadro 2).

Quadro 2. Unidades de Conservação do Estado do Rio de Janeiro

UC	NOME	ÁREA/HA	ESTADOS	BIOMA
PN	do Itatiaia	28.155,00	RJ/MG	MA
PN	da Serra dos Órgãos	10.527,00	Teresópolis, Petrópolis, Magé	MA
PN	da Tijuca	3.466,00	RJ	MA
PN	da Serra da Bocaina	98.115,00	RJ/SP	MA
PN	da Restinga de Jurubatiba	14.905,00	Macaé, Quissamã	MA,COS
PE	de Paraty Mirim	79,00	Paraty	MA,COS

UC	NOME	ÁREA/HA	ESTADOS	BIOMA
PE	do Chacrinha ¹	13,00	RJ	MA
PE	da Ilha Grande	4.500,00	Angra dos Reis	MA,COS
PE	da Pedra Branca ²	12.500,00	RJ	MA
PE	da Serra da Tiririca	2.400,00	Niterói e Macaé	MA,COS
PE	do Desengano	22.400,00	São Fidélis, Campos, St. Madalena	MA
PE	do Maciço da Pedra Branca	12.500,00	RJ	MA,COS
PE	Marinho do Aventureiro	45.000,00	Angra dos Reis	MA
PE	Galinha	23.000,00	São Fidélis, Campos, St. Madalena	MA
RB	de Araras	2.000,00	Petrópolis e Miguel Pereira	MA
RB	de Poço das Antas	5.500,00	Silva Jardim	MA
RB	de Guaratiba	2.800,00	Rio de Janeiro	COS
RB	da União	3.126,00	Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Macaé	MA
RB	da Ilha Grande	20.000,00	Angra dos Reis	MA,COS
RB	do Tinguá	26.000,00	Nova Iguaçu	MA
RB	Praia do Sul	3.600,00	Angra dos Reis	CIS
RB	Araras	2.068,00	Petrópolis	MA
RE	Tamoios	21.441,00	RJ	MA
RE	Joatinga	8.000,00	Paraty	MA,COS
RE	Jacarepiá	1.267,00	Squarema	COS
RE	De Massambaba	1.680,00	Araruama	COS
EE	Paraíso	4.920,00	Cach. Macacu, Magé, Teresópolis	MA
EE	Tamoios	700,00	Angra dos Reis	MA
MN	dos Costões Rochosos ³	36.875,00	Rio das Ostras	MA
APA	Macaé de Cima	35.037,00	Nova Friburgo	MA
APA	Tamoios	90.000,00	Angra dos Reis	MA,COS
APA	Gericinó/Mendanha	7.700,00	Rio de Janeiro, N. Iguaçu e Nilópolis	MA
APA	Massambaba	7.630,00	Araruama, A.do Cabo e Squarema	COS
APA	Sapiatiba	6.000,00	São Pedro d'Aldeia	MA
APA	Floresta do Jacarandá	2.700,00	Teresópolis	MA
APA	Bacia do Rio dos Frades	7.500,00	Teresópolis	MA
APA	da Mantiqueira	422.517,00	RJ/SP/MG	MA
APA	Cairuçu	33.800,00	Paraty	MA
APA	Marapendi	971,00	Rio de Janeiro	COS
APA	da Região Ser. de Petrópolis	59.872,00	Petrópolis, Magé, Guapimirim, D.de Caxias	MA
APA	da Prainha ⁴	166,00	Rio de Janeiro	MA,COS
APA	da Lagoa de Iriry ⁵	7.603,81	Rio das Ostras	COS
APA	da Bacia do Rio São João	150.700,00	Cachoeira de Macacu, Rio Bonito, Casimiro de Abreu, Araruama, Cabo Frio, Rio das Ostras e Silva Jardim	MA,COS
APA	Mico-Leão-Dourado	14.340,00	Itaboraí, Guapimirim, São Gonçalo	MA,COS
APA	de Guapimirim	14.340,00	Itaboraí, Guapimirim, São Gonçalo	MA,COS
APA	de Maricá	500,00	Maricá	MA,COS
APA	de Massambaba	7.630,00	Squarema, Araruama e A.do Cabo	COS
APA	de Grumari ⁶	951,00	Rio de Janeiro	COS
APA	de Tamoios	2.140,00	Angra dos Reis	MA,COS
APA	de Marapendi	971,00	Rio de Janeiro	COS
APA	do Pau Brasil	9.940,00	Cabo Frio e Búzios	MA,COS
APA	Mangaratiba	22.936,00	Mangaratiba	MA,COS
ARIE	Floresta da Cicuta	131.280,00	V.Redonda e Barra Mansa	MA
ARIE	Arquipélago das Ilhas Cagarras	200.000,00	Rio de Janeiro	COS
ARIE	de Itapebussus	986,76	Rio das Ostras	MA,COS
FN	de Mário Xavier	493,00	Rio de Janeiro	MA
FN	de Parati		Paraty	MA
RE	Marinha de Arraial do Cabo	1.175,00	Arraial do Cabo	MA,COS

UC	NOME	ÁREA/HA	ESTADOS	BIOMA
RPPN	Pedra do Amarilis	36,64	Petrópolis	MA
RPPN	Sítio Angaba	29,00	Itaguaí	MA
RPPN	Jornalista Antenor Novaes	125,00	Eng. Paulo de Frontin	MA
RPPN	Fazenda Arco Íris	45,85	Silva Jardim	MA
RPPN	Reserva Sítio Azul	5,00	Nova Friburgo	MA
RPPN	Fazenda Cachoeirinha	650,00	Mangaratiba	MA
RPPN	Sítio Santa Cruz	46,80	Mendes	MA
RPPN	Fazenda Limiera	18,73	Petrópolis	MA
RPPN	Sítio Fim da Picada	7,00	Rio Claro	MA
RPPN	Maria Francisca Guimarães	20,00	Teresópolis	MA
RPPN	Fazenda São Geraldo	173,00	Valença	MA
RPPN	Sítio Granja São Jorge	2,60	Campo Grande	MA
RPPN	Gleba o Saquinho de Itapirapuã	3,97	Angra dos Reis	COS
RPPN	Fazenda Santa Isabel	525,00	Mangaratiba	MA
RPPN	Ce Ecol.Met. Ana Gonzaga	73,12	Rio de Janeiro	MA
RPPN	El Nagual	17,12	Magé	MA
RPPN	Rio das Pedras	1.306,49	Mangaratiba	MA,COS
RPPN	Três Pontões	12,00	Afonso Cláudio	MA
RPPN	Sítio Poranga	34,00	Itaguaí	MA
RPPN	Sítio Primavera	21,78	São Luís do Piraitinga	MA
RPPN	Querência	6,30	Magé	MA
RPPN	Fazenda Roça Grande	63,00	Rio Claro	MA
RPPN	Fazenda Suspiro	18,21	Teresópolis	MA
RPPN	Fazenda Arco-Íris	45,85	Silva Jardim	MA
RPPN	Fazenda do Bom Retiro	472,00	Casimiro de Abreu	MA
RPPN	Sítio Cachoeira Grande	14,00	Silva Jardim	MA
RPPN	Córrego da Luz	20,00	Casimiro de Abreu	MA
RPPN	Sítio Santa Fé	14,31	Silva Jardim	MA
RPPN	Serra Grande	108,00	Silva Jardim	MA
RPPN	Lençóis	12,82	Silva Jardim	MA
RPPN	Quero-Quero	16,00	Silva Jardim	MA
RPPN	Fazenda Redenção	33,80	Silva Jardim	MA
RPPN	Faz. Barra do Sana	162,40	Macaé	MA
RPPN	Sítio Shangrilah	69,00	Macaé	MA
RPPN	Três Morros	508,00	Casimiro de Abreu	MA
RPPN	União	343,00	Silva Jardim	MA
RPPN	Ventania	138,00	Casimiro de Abreu	MA

Fonte: site <http://www.feema.rj.gov.br>, 2004. (1) O nome do PE é da Chacrinha e não do Chacrinha. (2) O nome é PE do Maciço da Pedra Branca e esta repetido mais uma vez. (3) A área atribuída pela FEEMA ao Monumento Natural dos Costões Rochosos deve ser corrigida para 34,064 ha. Esta UC inclui também bioma relacionado a Ecossistemas Costeiros. (4) A APA da Prainha atualmente é um Parque Nacional. (5) A área atribuída pela FEEMA à APA da Lagoa de Iriry deve ser corrigida para 84,99 ha. (6) A APA de Grumari atualmente é um Parque Nacional. MA = Mata Atlântica; COS = Ecossistema Costeiro

A FEEMA não incluiu, na relação apresentada, duas UCs do município de Rio das Ostras: o Parque Natural Municipal dos Pássaros, UC de proteção integral com 6,89 ha, nem a ARIE de Itapebussus, unidade de uso sustentável com 986,76 ha.

Considerando-se a Região Norte Fluminense, existem 25 Unidades de Conservação, a maioria referente a Reservas Particulares do Patrimônio Natural (RPPNs). A APA da Bacia do Rio São João – Mico-Leão-Dourado é a de maior representatividade dentre as Unidades de Conservação da Região Norte Fluminense, já que abriga 62% da área conservada nessa região. Nesse contexto, o Monumento Natural dos Costões Rochosos e o Parque Nacional de Jurubatiba são também unidades relevantes, pois constituem Unidades de Proteção Integral, onde apenas o uso indireto dos seus recursos naturais é permitido (Quadro 3).

Quadro 3. Unidades de Conservação da Região Norte Fluminense

Categoria	Nome	Área/há	Municípios	Bioma
APA	Lagoa de Iriry ¹	7.603	Rio das Ostras	COS
APA	da Bacia do Rio São João- Mico-Leão-Dourado	150.700	Cachoeiras de Macacu Rio Bonito, Casimiro de Abreu, Araruama, Cabo Frio, Rio das Ostras, Silva Jardim	MA
RB	Poço das Antas	5.500	Silva Jardim	MA
RB	da União	3.126	Casimiro de Abreu, Rio das Ostras e Macaé	MA
PN	da Restinga de Jurubatiba	14.860	Macaé, Quissamã	MA, COS
MN	dos Costões Rochosos ²	38.875	Rio das Ostras	COS
APA	Estadual de Marica	500	Maricá	COS, MA
APA	Estadual de Massambaba	7.630	Saquarema, Araruama, Arraial do Cabo	COS
APA	Pau Brasil	9.940	Cabo Frio, Búzios	MA, COS
ARIE	de Itapebussus	986	Rio das Ostras	COS, MA
RESEX	Marinha de Arraial do Cabo	1.175	Arraial do Cabo	COS, MA
RPPN	Fazenda Arco Íris	45,85	Silva Jardim	MA
RPPN	Fazenda do Bom Retiro	472,00	Casimiro de Abreu	MA
RPPN	Sítio Cachoeira Grande	14,00	Silva Jardim	MA
RPPN	Córrego da Luz	20,00	Casimiro de Abreu	MA
RPPN	Sítio Santa Fé	14,31	Silva Jardim	MA
RPPN	Serra Grande	108,00	Silva Jardim	MA
RPPN	Lençóis	12,82	Silva Jardim	MA
RPPN	Quero-quero	16,00	Silva Jardim	MA
RPPN	Fazenda Redenção	33,80	Silva Jardim	MA
RPPN	Faz. Barra do Sana	162,40	Macaé	MA
RPPN	Sítio Shangrilah	69,00	Macaé	MA
RPPN	Três Morros	508	Casimiro de Abreu	MA
RPPN	União	343	Silva Jardim	MA
RPPN	Ventania	138	Casimiro de Abreu	MA

Fonte: site <http://www.feema.rj.gov.br>, 2004. (1) A área atribuída pela FEEMA à APA da Lagoa de Iriry deve ser corrigida para 84,99 ha. (2) A área atribuída pela FEEMA ao Monumento Natural dos Costões Rochosos deve ser corrigida para 44,10 ha. MA = Mata Atlântica; COS = Ecossistema Costeiro

A APA da Bacia do Rio São João – Mico-Leão-Dourado foi criada em junho de 2002 com o objetivo de proteger e conservar os mananciais e regular o uso dos recursos hídricos da região sob influência da bacia hidrográfica do rio São João, sendo um elo de ligação entre A REBIO União e a REBIO de Poço das Antas. Essa região é o principal habitat do mico-leão-dourado, *Leontopithecus rosalia*, espécie quase extinta na natureza. A preservação de cada fragmento de Floresta Atlântica da baixada costeira nessa região, assim como a recuperação de áreas entre elas (formação de corredores ecológicos) são de extrema importância para o sucesso do projeto de reintrodução do mico-leão-dourado e conseqüente sobrevivência da espécie.

O Estado do Rio de Janeiro encontra-se dividido em sete Macrorregiões Ambientais – MRA's, segundo o Decreto Estadual 26.058 de 4 de março de 2000. As MRA's constituem unidades de planejamento e intervenção da gestão ambiental, consideradas basicamente as grandes bacias hidrográficas existentes no Estado, tendo cada uma características próprias e diferenciadas. O Município de Rio das Ostras está situado parcialmente na MRA-4 – Bacia da Região dos Lagos, do Rio São João e zona costeira adjacente e na MRA-5 – Bacia do Rio Macaé, da Lagoa Feia e zona costeira adjacente.